

LATITUDES AFRICANAS: SUBSÍDIOS TEÓRICOS E DA PRÁXIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EXPANSÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UNILAB

Raíssa Dos Santos Ferreira¹ Fanny Longa Romero²

RESUMO

O Projeto Latitudes Africanas, subsídios teóricos e da práxis para Educação das Relações Étnico-Raciais na expansão das políticas afirmativas na UNILAB, busca analisar a relevância das Relações Étnico-Raciais nos currículos da UNILAB e suas implicações para o debate, expansão e consolidação de políticas de ações afirmativas na Educação Básica, como incentivo e impacto de transformação social e desenvolvimento institucional. Busca também criar insumos analíticos, teórico-metodológicos e práticos com relação à obrigatoriedade da temática ERER nos currículos dos cursos acadêmicos universitários e, mais detidamente, na interlocução com instituições de Educação Básica da região do Recôncavo Baiano e outras regiões que incluem o estado da Bahia. A metodologia do projeto tem como base principal a pesquisa qualitativa e a instrumentalização de recursos metodológicos, como a realização de entrevistas, sendo elas gravadas em audiovisual, elaboração de desenhos de questionários com objetivo de problematizar a temática ERER na Educação Básica; ao mesmo tempo, mapear registros fotográficos e materiais bibliográficos situados no âmbito escolar. O projeto desenvolvido tem muita importância, pelo motivo de ampliar o conhecimento e desenvolvimento com atividades feitas através de: pesquisas, leituras, questionários, live e vídeos audiovisuais sobre a problemática Étnico-Raciais e, através disso, diminuir a gama de preconceito no âmbito escolar e na sociedade. A pesquisa fomentou um debate produtivo, de sensibilização social sobre a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), no contexto do CEAJAT e da UNILAB, a partir do engajamento de professores/as, de diversas áreas de saber, e da participação ativa de alunos/as. Tal engajamento e participação se materializa nos esforcos argumentativos, de professores/as do CEAJAT, e de reflexividade construída sobre a temática ERER, em posicionar o debate na sala de aula, nos componentes de história e geografia humana, língua portuguesa, arte, cartografia, memória social e literatura. Esta pesquisa buscou alargar o debate sobre a temática ERER para além de um mero exercício de reflexividade teóricometodológica. Trata-se de repensar e sensibilizar a sociedade sobre a temática do racismo, das relações raciais e promoção de práticas antirracistas na educação. Buscou contribuir para esse debate nos modos de reverter a representação negativa e os estereótipos criados como "regimes de verdade" (MUDIMBE, 2010) . Assim, pensar a temática ERER como política de ação afirmativa nas instituições de ensino escolar, e no seio da sociedade brasileira, é pensar e agir em legítima defesa, como refere Carneiro (2011), considerando o direito de ser de grupos sociais, historicamente, subjugados, como é o caso da população negra no Brasil.

Palavras-chave: Educação; Currículo; Ações Afirmativas; ERER.

Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho, Rede Estadual, Discente, ferreiraraissa8093@gmail.com¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira , Instituto de Humanidades e Letras, Docente, flongaromero@unilab.edu.br²





INTRODUÇÃO

O Projeto Latitudes Africanas: subsídios teóricos e da práxis para a Educação das Relações Étnico-Raciais na expansão das políticas afirmativas na UNILAB, analisa a relevância das Relações Étnico-Raciais (em adiante ERER) nos currículos da UNILAB e suas implicações para o debate, expansão e consolidação de políticas de ações afirmativas na educação básica como incentivo e impacto de transformação social e desenvolvimento institucional. A pesquisa busca criar insumos analíticos, teórico-metodológicos e práticos com relação à obrigatoriedade da temática ERER nos currículos dos cursos acadêmicos universitários e, mais detidamente, na interlocução com instituições de educação básica da região do Recôncavo Baiano e outras regiões que incluem o estado da Bahia. O argumento central do projeto consiste em compreender a ERER como uma política de ação afirmativa, em processo dinâmico e fluído, relevante para o avanço de práticas antirracistas no mundo social, em escala local e global, com setores da sociedade. A pesquisa contribui com esforços sistemáticos para sensibilizar a sociedade sobre as relações étnico-raciais e o impacto da temática nos curriculos escolares. Ao pensar a temática ERER como ação afirmativa, os processos de identidade e de reconhecimento (HONNETH, 2003) dos sujeitos são fundamentais para compreender as relações raciais posicionadas no marco ético-político do debate democrático, do /"lugar do negro" na escola e na sociedade (GONZALEZ e HASENBALG, 2022). A problemática do colorismo e a racialização das identidades (MUNANGA, 2020) fazem parte de uma ampla discussão sobre o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e o papel social da escola, como ator social e no combate da desigualdade e hierarquização das diferenças (BOURDIEU, 2001; SANTIAGO e AKKARI, 2013). No eixo das relações entre escola e universidade, nas demandas em prol de ações afirmativas, a UNILAB busca questionar os mecanismos estruturais de racialização e subalternização de diversos povos subjugados, em uma história de longo tempo. A interculturalidade crítica se alinha à perspectiva decolonial de visibilizar e acionar outros modos de produção de conhecimentos nos processos educacionais, modos diversos de saber, viver e ser (FREIRE, 2000) que combatam, de forma ativa, a hegemonia cultural e os processos de exclusão na escola. Portanto, a temática ERER está atrelada a uma discussão sobre o racismo estrutural no Brasil. É preciso sensibilizar a sociedade brasileira sobre o fato de que "A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social" (GONZALEZ e HASENBALG, 2022, p. 112). O objetivo geral da pesquisa consiste em desenvolver ações efetivas que visem o incentivo para a Educação das Relações Étnico-Raciais como política de ação afirmativa na educação, no âmbito da UNILAB e na educação básica. A pesquisa incentiva o fomento de práticas antirracistas e a inclusão social de sujeitos sociais.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto tem como base principal a pesquisa qualitativa e a instrumentalização de recursos metodológicos, como a realização de entrevistas semi-estruturadas, sendo elas gravadas em audiovisual, elaboração de questionários com objetivo de problematizar a temática ERER na Educação Básica; ao mesmo tempo, mapear registros fotográficos e materiais bibliográficos situados no âmbito escolar. Realizou-se entrevistas gravadas, duração de 5 a 10 minutos, com perguntas semi-estruturadas, sobre o debate da Relações Étnico-Raciais na escola e nos processos educacionais. Os interlocutores de pesquisa entrevistados foram professores e professoras do corpo docente do CEAJAT, do Ensino Médio. Entre os objetivos das entrevistas buscou-se compreender de que modo a temática ERER é estudada, discutida e implementada no âmbito da escola. Na elaboração do roteiro da entrevista, se priorizou identificar de que modo professores e





professoras do CEAJAT definem as relações étnico-raciais; quais são as estratégias didáticas implementadas para a visibilização e implementação da Lei 10.639/2003; de que modo a escola promove o debate das relações raciais e o desenvolvimento de práticas antirracistas na sala de aula, e nas interações sociais produzidas com os corpo docente e discente; quais os caminhos que possibilitam a equidade e a construção ampla de cidadania na educação escolar, no âmbito da Ensino Básico, de que modo o professor/a se constrói como sujeito histórico e político com relação ao debate étnico-racial na escola e na sociedade brasileira, qual a relevância efetiva da ERER no âmbito da escola e nas práticas escolares. Em total se realizaram quatro (4) entrevistas gravadas, entre os meses do mês de junho de 2022.

Aplicação de questionário com alunos do Ensino Médio do CEAJAT: Desenho de questionário de cinco (5) perguntas para alunos do Ensino Médio, como público-alvo, sobre a temática das relações raciais e a escola. Na observação e levantamento bibliográfico da ERER na escola, buscou-se detectar a inclusão de materiais didáticos e bibliografias que apontassem a vinculação do Plano Pedagógico do CEAJAT com a efetivação da temática ERER. Essa atividade se realizou através da observação, in loco, em visita à biblioteca do colégio e conversações espontâneas com estudantes do Ensino Médio, corpo docente e chefias da instituição.

Consulta de Documentos de cunho legislativo sobre a temática ERER, como o Parecer No CNE/CP 003/2004 - "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e a Lei 10.639/2003 que estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa fomentou um debate produtivo, de sensibilização social sobre a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), no contexto do CEAJAT e da UNILAB, a partir do engajamento de professores/as, de diversas áreas do saber, e da participação ativa de alunos/as.

Através de atividades e eventos, a pesquisa divugou alguns resultados concretos como um episódio de Podcast intitulado: "Relações Étnico-Raciais e Políticas Afirmativas", realizado no mês de maio de 2002, divulgado na página do Instagram @Proppg.unilab, e uma live de divulgação científica, sobre o tema: "A representação do negro na arte moderna: alteridade, estéticas e regimes de verdade", realizada em 4 de maio de 2022, na plataforma da página Youtube do Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourino (CEAJAT). Essa atividade contou com a participação efetiva de alunos e professores do Colégio e outros da rede pública de Ensino Médio, do Ensino Superior, estudantes do Componente África e Diáspora da UNILAB, no semestre letivo 2021.2, do Curso de Ciências Sociais e Bacharelado em Humanidades, do IHL Campus dos Malês, além de estudantes e professores do Ensino Superior de outras universidades do país.

Nas entrevistas realizadas, a pesquisa constatou que as experiências sociais dos professores/as entrevistados nos processos educacionais se relacionam com o "capital cultural" (BOURDIEU, 2001) Ao abordar a problemática do reconhecimento social e identitário do componente negro na escola e na sociedade, os/as professores/as entrevistados apontam para o aspecto da "representatividade em todos os espaços", da necessidade de "ocupar todos os espaços que temos direitos, seja na escola, nas profissões, nas faculdades, seja na vida" (Entrevistado, Natalino Soares Marques (NSM), professor de Artes do CEAJAT). Os direitos de ocupação de espaços sociais, referidos por esse professor, envolvem, tal como ele expressa, o escopo das leis: "como a gente tem a lei de cotas, por exemplo, nas universidades, mas a gente precisa ocupar todos os espaços" para, efetivamente, mudar "essa mentalidade que ainda persiste sobre o preconceito no Brasil e no mundo" (Entrevista, NSM, professor de artes, CEAJAT).

Os argumentos do professor entrevistado problematizam a questão do equilíbrio instável entre a diversidade





depráticas pedagógicas e os processos de inclusão e exclusão social (SANTIAGO e AKKARI, 2013). Trata-se, segundo o entrevistado, de "desmitificar e desconfigurar as relações entre etnia e o negro" pensado sempre "como aquele que não teve sua contribuição para a história", portanto, é preciso "discutir as questões políticas, religiosas, étnicas e desconstruir a ideia de que o negro só foi escravizado e não teve sua contribuição para a história" (Entrevistado-NSM, professor de artes, CEAJAT).

Na análise dos dados qualitativos da pesquisa, os resultados assinalam a preocupação da escola com o modo de implementar a ERER nos processos educacionais, no contexto das salas de aula. Nos processos de exclusão social, em especial, no recorte da produção de racialização e hierarquização das diferenças, os entrevistados na pesquisa reconhecem a necessidade de "romper essas barreiras" e de "derrubar essas portas", referidos aos mecanismos estruturais da desigualdade social e racial no Brasil (Entrevistado, JMS, professor de história e geografia, CEAJAT). Na compreensão da professora de língua portuguesa, Jucielma Sacramento, que atua no CEAJAT, e também nas séries fundamentais de outra escola municipal na região do Recôncavo Baiano, ao falar das definições das relações étnico-raciais pode-se pensar que na relação "de negros e de não negros e de brancos, a gente vê uma disparidade entre as ações e relações desses grupos, sempre pendendo para que os negros sejam os mais excluídos, mais negligenciados". De modo que, a entrevista refere, "quando falo nesse termo, ERER, eu penso em equiparar, equilibrar essa balança. Eu sou tão bonita, tão culta, quanto qualquer pessoa que seja não negra, seja branca ou seja lá como se define" (Entrevista, Jucielma Sacramento (JS), professora de língua portuguesa, CEAJAT).

Para o professor José Marcelo Silva, do componente de História e Geografia, é preciso promover "exemplos positivos" sobre o negro no debate da sala de aula. "A gente precisa saber quem somos, pois uma parte das pessoas não consegue se ver como negra" (Entrevista, José Marcelo Silva (JMS), Historiador e professor de história e geografia, CEAJAT).

As atitudes a respeito da escola e a escolha do destino atrelada aos mecanismos objetivos que determinam a eliminação dos alunos nos processos educacionais (BOURDIEU, 2001) são problematizadas nas falas dos entrevistados. O professor JMS afirma que "enquanto houver o racismo, os preconceitos, a violência vai estar presente, porque a violência nada mais é do que uma resposta à exclusão". Para o professor JMS é importante "trabalhar o protagonismo" do negro na sociedade e na sala de aula: "Eu sempre digo aos alunos: 'vocês são donos do seu destino e são vocês que podem fazer todo. Não podemos deixar que o outro diga o que somos" (Entrevista, JMS).

Para o professor JMS, a importância do debate das relações raciais na escola envolve um debate sobre a "relação humana", do reconhecimento efetivo "de um com o outro" para fomentar a possibilidade de "amenizar" o que ele entende como uma arena de "conflitos sociais. Nessesentido, repensar de que modo as intervenções de professores e, de forma geral, profissionais se implementam na instituição escolar torna-se um exercício fundamental para o desenvolvimento de ações concretas de enfrentamento ao racismo.

Nos termos da entrevistada JS, professora de língua portuguesa, a questão do privilégio social nas relações raciais vêm sendo discutido na sala de aula, como uma postura individual do docente: "pessoalmente, eu tenho esse cuidado de estar trazendo essa temática para a sala de aula. Pessoalmente, é uma postura minha". A noção de pertencimento também é trazido pela entrevista a partir da ênfase da territorialidade e população negra presente na região do Recôncavo Baiano "nós estamos em um município que é [sic] negro e, infelizmente, muitos dos nossos alunos ainda não se vêm como negros, infelizmente" e "quando se vêm, eles se percebem como inferiorizados, se

sentem inferiores", no sentido de "isso aqui não é para mim". O pertencimento identitário de se reconhecer e ser reconhecido como negro/a perpassa, assim, uma elaboração intersubjetiva de construção de sujeito histórico e político, no marco de identidades sociais que são fluídas e não estanques (HALL, 2003).





A escola, como ator social, não pode isentar-se do debate sobre o racismo e sua dialética social (FANON, 2020), nem deixar de problematizar a temática ERER nas salas de aulas e na sociedade como um todo. Se, por um lado, as estruturas objetivas da produção de exclusão social solapam a inserção da população negra nos sistemas educacionais também é possível perceber que existem ações e práticas construídas por essa população para combater esses mecanismos de opressão.

Pese ao reconhecimento de pacto da escola, como instituição social, de legitimar a desigualdade, há lugar para pensar que as experiências sociais do negro/a "vai melhorar pelo estudo, estando nesse espaço [a escola] já é uma possibilidade de vislumbrar coisas diferentes", conforme afirma JS (Entrevista, JS, professora de língua portuguesa, CEAJAT). Assim, pensar a temática ERER como política de ação afirmativa nas instituições de ensino escolar, e no seio da sociedade brasileira, é pensar e agir em legítima defesa, como refere Carneiro (2011), considerando o direito de ser de grupos sociais, historicamente, subjugados, como é o caso da população negra no Brasil.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou alargar o debate sobre a temática ERER para além de um mero exercício de reflexividade teórico- metodológica. Trata-se de repensar e sensibilizar a sociedade sobre a temática do racismo, das relações raciais e promoção de práticas antirracistas na educação (CAVALLEIRO, 2001). Buscou-se contribuir para esse debate nos modos de reverter a representação negativa e os estereótipos criados como "regimes de verdade" (MUDIMBE, 2010) . Assim, pensar a temática ERER como política de ação afirmativa nas instituições de ensino escolar, e no seio da sociedade brasileira, é pensar e agir em legítima defesa, como refere Carneiro (2011), considerando o direito de ser de grupos sociais, historicamente, subjugados, como é o caso da população negra no Brasil.

Pese a que os esforços de produção de reflexividade não atingiu, ainda, matérias relacionadas com as ciências exatas como matemática, química ou biologia, no contexto do CEAJAT,

Em síntese, os entrevistados da nossa pesquisa enfatizam o pensamento crítico e a necessidade de visibilizar o protagonismo e a capacidade de resistência da população negra no Brasil, em especial, no escopo dos processos educacionais. Tal pensamento pode ser traduzido na frase que o professor JMS disse achar "perfeita". Assim, ele explica: "Existe a história do negro, mas não existe a história do Brasil sem o protagonismo do negro" (Entrevista, JMS, professor de história e geografia, CEAJAT). A temática ERER na sala de aula vêm contribuir com os esforços dos movimentos sociais negros (GOMES, 2017) nas suas reivindicações de políticas públicas efetivas de reparação e inclusão social. Nesse sentido, as políticas afirmativas, como afirma Flávia Piovesan, "devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivono sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório -mas também prospectivo- no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade." (PIOVESAN, 2008, p. 890).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa intitulada LATITUDES AFRICANAS: subsídios teóricos e da práxis para a educação das relações étnico-raciais na expansão das políticas afirmativas na Unilab, e executada entre o 01/02/2022 a 31/08/2022, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab.





REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora. In: Escritos de educação. 16ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016, p. 39-64.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo, e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160. COLLINS, Patricia; FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GONZALEZ, Lélia, HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. São Paulo: Zahar, 2022. GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora. In: Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 25-48.

HONNETH, Axel. Luta pelo reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUDIMBE, Valentin Y. A invenção da África. Revista Concinnitas, v.1. n. 16, 2010, p. 73-81.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e políticas afirmativas no Brasil do século XXI. In: Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 111-128.

2022.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis v.16, n.3, set/dez., 2008, p. 887-896.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. SANTIAGO, Mylene C.; AKKARI, Abdeljalil. Diferenças na educação: do preconceito ao reconhecimento. In: Revista Teias, v. 16, n. 40, 2015, p. 28-41.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA,J; TAPIA, l. WALSH, C. (Orgs.). Construyendo interculturalidad crítica. La Paz: III ICB, 2010, p. 75-96.

